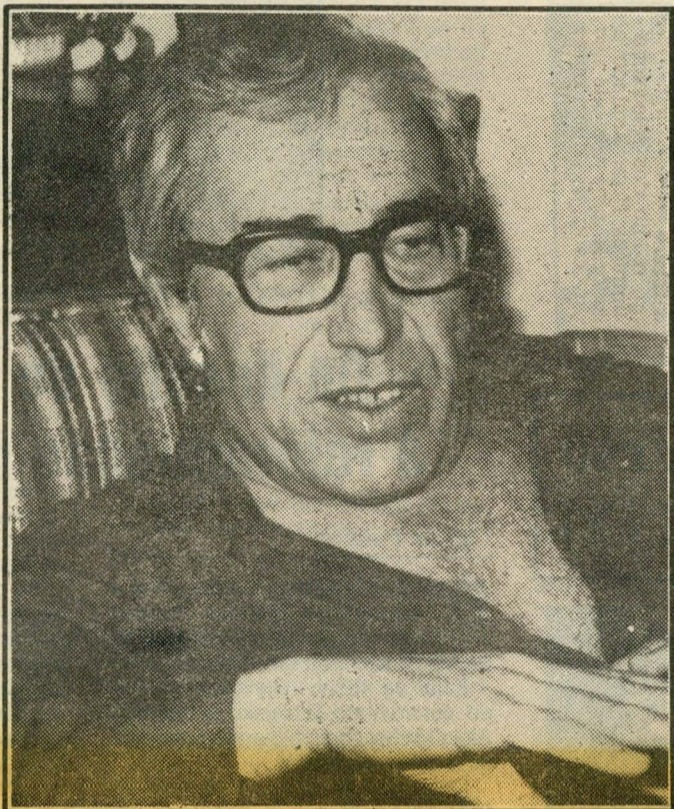


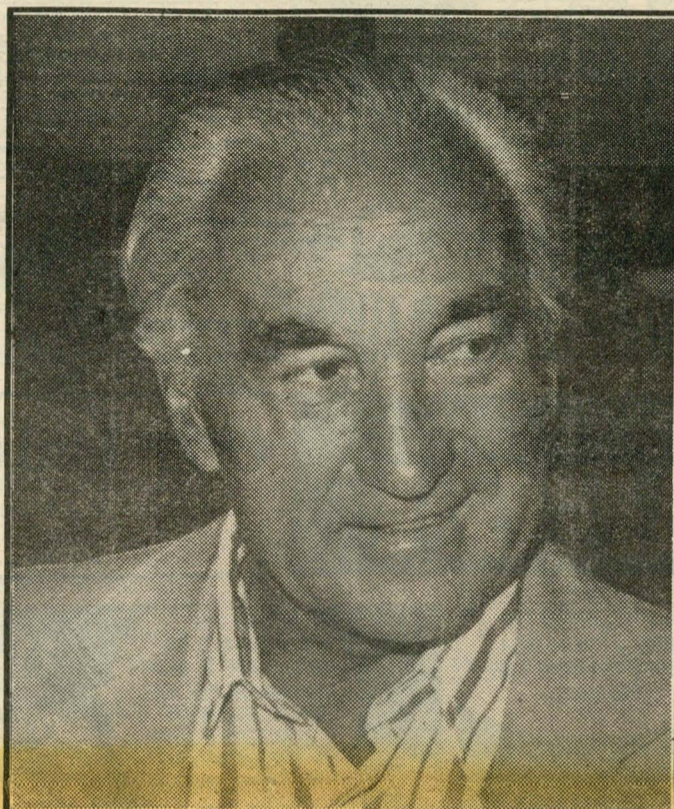
domingo

Diário de Notícias

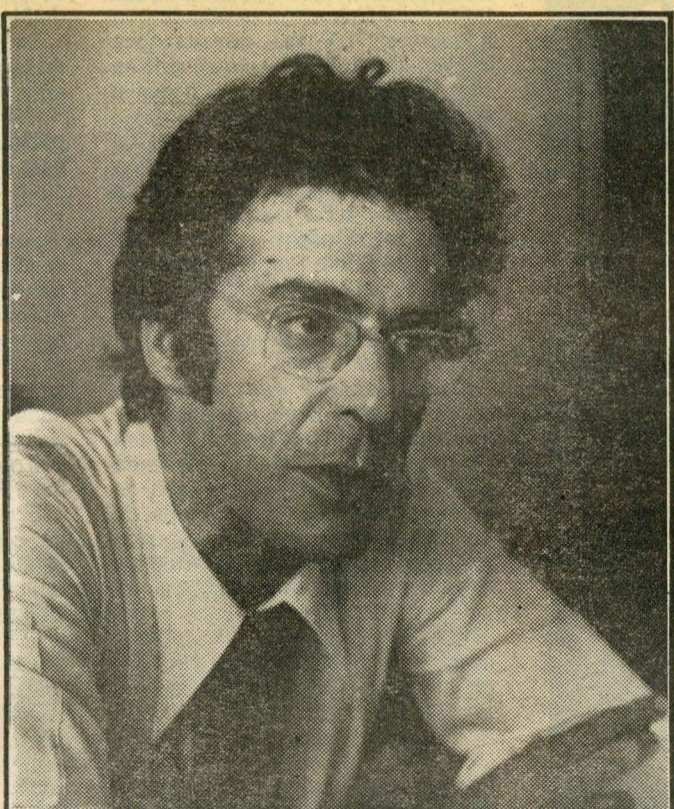
24-4-1983 — PÁGINA 13



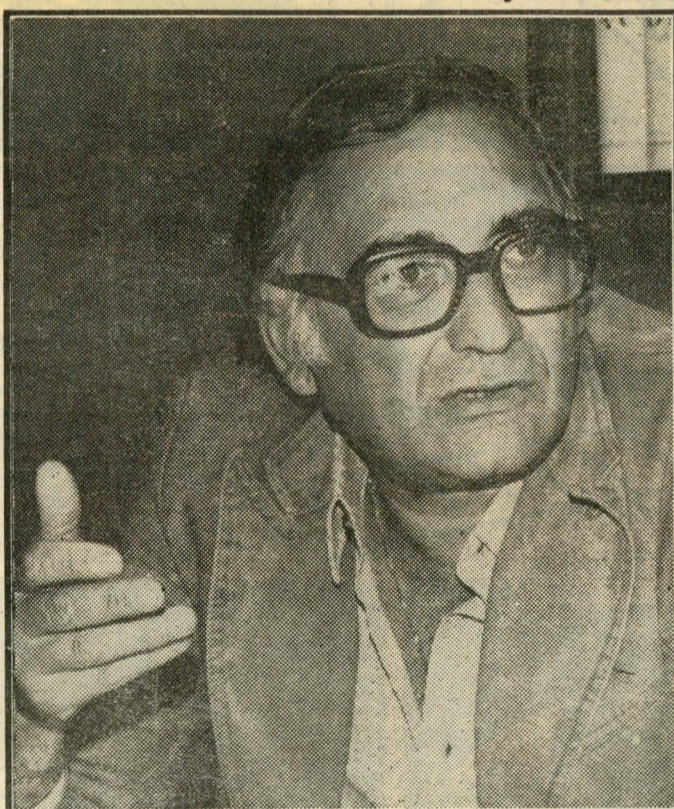
Cardoso Pires



Lyon de Castro



Graça Moura



Alçada Baptista

Um debate na TV

O livro à procura de um país

Não terá adiantado especialmente ao problema que é fazer (e escrever) livros em Portugal o último programa do «Clube de Imprensa» nem é, tão-pouco, numa hora que a televisão se redime de (eventuais) complexos de culpa pelo esquecimento a que tem condenado a nossa vida literária e editorial. Valha-nos, pois, o «Clube», que se lembrou do tema e deixou em aberto o diálogo.

Uma conclusão, um tanto triste, se pode tirar: o nosso livro continua à procura de um país (que parece não o merecer).

Com Diogo Pires Aurélio como moderador, estiveram a discutir livros: um autor, José Cardoso Pires; dois editores, Francisco Lyon de Castro e Vasco Graça Moura; e António Alçada Baptista, director do Instituto do Livro.

Dos temas apenas aflorados aqui deixamos nota para que se prossiga, é urgente que se vá mais longe neste campo, uma troca de ideias de modo a que se comece a olhar o livro como bem público que é, segundo sublinharia Cardoso Pires.

Rogério Petinga

AO apresentar o tema da discussão, não deixou Diogo Pires Aurélio de salientar, como anfitrião e moderador, que o espaço do «Clube de Imprensa» está normalmente vocacionado para a política. A campanha eleitoral veio, assim, de algum modo, criar um momento excepcional dando oportunidade ao livro e demonstrando que o «Clube» pode tratar de muitos outros problemas que não sejam apenas cuidar da política e dos que a fazem.

A propósito do recente prémio recebido pela sua «Balada da Praia dos Cães», José Cardoso Pires foi o primeiro convidado a pronunciar-se. Por uma questão prática, damos a cada interveniente um espaço em que juntamos, não em forma de diálogo, mas como depoimento, alguns passos das suas palavras, que consideramos especialmente importantes, e que podem representar objectivos maiores para um futuro desenvolvimento do tema.

José Cardoso Pires

A urgência de uma imagem social do livro

1. Um prémio, desde que represente uma verdade cultural, e isso depende do júri e da organização do próprio prémio, é uma coisa que ultrapassa logo à partida o escritor, em si mesmo. Fundamentalmente, num prémio literário é sempre o júri a coisa mais importante. Somente, penso que envolve muito mais intervenções a nível social e a nível profissional do escritor.

2. Penso que o assunto está muito mais ligado neste momento ao tema deste encontro, que é a situação do livro dentro de um esquema fora do qual muitos escritores e editores o interpretam, que é o esquema de mercado. De facto, havendo um mercado e sendo o livro um produto desse mercado toda a discussão tem de partir daí. O livro não é só a obra literária em si; é um bem de consumo que se deve tornar indispensável às populações e, por consequência, envolve em si grandes problemas.

Daqui resulta que as condições não podem ser estimulantes a um nível desejável e, sobretudo, elas são piores para os jovens escritores. Porque, como o livro é cada vez mais caro e a indústria do livro é uma indústria com margens de grande produção, só se salva o editor de grande produção e o jovem tem assim cada vez menos acesso. Penso que a contribuição que tem dado, por exemplo, o Instituto do Livro em relação aos prémios revelação me parece importante porque, à partida, permitem alcançar um editor. A existência desses prémios é muitíssimo importante num campo em que o editor se retrai cada vez mais a fazer aventuras.

3. A mim preocupa-me muito a questão posta pelo Graça Moura que é realmente a motivação e a circulação. Não podemos estar a descarregar para o Instituto do Livro todo o problema. Temos organismos bem mais responsáveis que só têm prejudicado o livro e o escritor português, de uma maneira verdadeiramente censural. Refiro-me concretamente ao Ministério da Educação que, na parte do ensino e da programação, o anterior ministro (não este que está lá) se comportou de uma maneira inacreditável. Eu diria quase selvagem, se não o foi.

Por outro lado, o problema do livro vem da motivação essencial. Torná-lo um bem público, com interesse público, quotidiano. Ora o problema começa no liceu, e fundamentalmente agora nas faculdades (coisa que tinha acabado e que voltou) — mata-se o escritor vivo!

Isto tem ainda a ver com um problema do Instituto do Livro e com uma coisa que os editores pare-

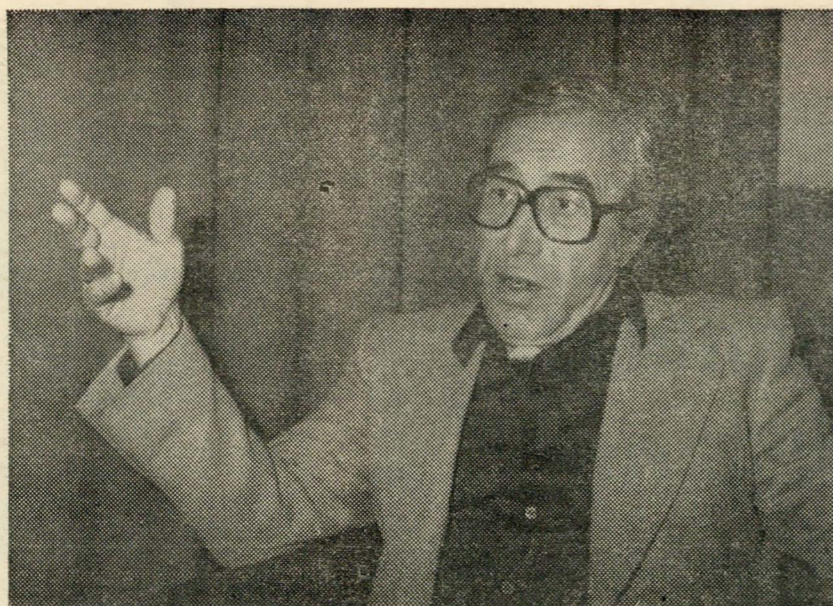
ce que ficaram muito enofradados, e que se deu quando se quis modificar (e muitíssimo bem) o estatuto da obra que cai no domínio público. Nessa altura, se me recordo, o Governo entendia que o editor teria de pagar uns direitos dos quais uma parte deles, a fundamental, fosse investida na literatura contemporânea, na literatura viva. Porque, há uma coisa: quando a gente quer ser inimiga do livro, quando eu quero que uma pessoa não leia eu dou-lhe o Sá de Miranda e isso é fatal. Isto faz-se teimosamente, cria-se uma barreira entre a obra literária e o homem comum e ele não lê mais nenhum livro, e tem razão.

Malam-se assim os vivos e ressuscitam-se os mortos. Espero que esta minha atitude seja interpretada correctamente. Eu não sou contra a literatura clássica nem contra o Sá de Miranda, mas a verdade é que para mim a base do livro começa na função, no papel do convívio com a literatura que se dá à criança, ao adolescente, nos programas de ensino.

4. A luta, de um modo geral, do escritor português com o editor é discutir o preço do livro. Não estou evidentemente de acordo com o preço a que estão os livros, como não estou com o preço da carne, nem do cinema, nem do futebol. O caso do livro não é único.

Por outro lado, mais uma vez é fundamental insistir na imagem social do livro. É essa imagem social que lhe dá ou não mercado, que o toma existente nas necessidades quotidianas da vida, no gosto, no hábito de ler. Sem se tratar disto, estaremos sempre na mesma. Há uma responsabilidade muito grande dos órgãos de comunicação e só agora, por exemplo, é que as páginas literárias regressaram. Enquanto o livro não tiver existência social ele é sempre raro.

Lá fora, nas bibliotecas, cada vez que se requisita um livro, há uma percentagem que vai para o autor e para o editor. Aqui, não: pois chegasse ao escândalo de se exigir para a biblioteca 10 e 15 volumes. Outro aspecto: vai-se lá fora e vê-se os apoios fiscais à obra do livro. Aqui a imagem criada é logo adulterada à nascença e vai até à Banca. Onde é que a Banca apoiou alguma vez um livro? Nunca. A Banca apoia medalhas de prata de duvidosa qualidade artística. Literatura, não lhes interessa. A ideia que a Banca tem é nitidamente mercenária, de agiota. Invista em arte — isto é um «slogan» — (compre a medalha agora porque ela daqui a três anos vai valer tanto. Isto é uma perfeita obra negativa).



José Cardoso Pires



Francisco Lyon de Castro



Vasco Graça Moura



António Alçada Baptista

A edição em «Clube de Imprensa»

Dar ao livro um interesse público, quotidiano

Francisco Lyon de Castro

O livro deve estar em toda a parte onde possa alcançar o público

1. Na realidade, o editor tem alguma coisa a dizer acerca da concessão dos prémios literários. É possível que haja quem considere que a concessão de um prémio seja aviltante para um escritor. Mas eu adoro que a concessão de um prémio, como foi este, é muito significativa para a cultura portuguesa, para o escritor, e para o livro. Porque, basta ver o que se passou com o prémio, com todas as campanhas a tocar, a rádio, a televisão, a Imprensa. E tudo isto conta muito para que o livro se torne conhecido, para que os escritores se tornem conhecidos. Além disso, a concessão de um prémio com

este volume tem a sua importância e creio que vai ter repercussão à escala internacional.

2. A Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, que eu não apresento aqui, mas onde tenho participado nos órgãos directivos, não foi nem é contra a criação do Instituto Português do Livro, pelo contrário entende que o Instituto deveria ter sido criado há muito mais tempo. Defendemos durante muitos anos a necessidade da criação do Instituto, do que discordamos é de alguns tipos de actuação com os quais não estamos inteiramente de acordo, e não estamos também de acordo com a formu-

lação de certos objectivos que, embora ainda não postos em prática, são contra aquilo que nós pensamos que deve ser feito. Entendemos, de facto, que o Instituto não tem feito um certo tipo de acção que deveria ter realizado. Digo, por exemplo, que o Instituto declarou que se dispunha a apoiar as livrarias que tivessem interesse cultural, subentendendo-se que as outras que não tivessem esse interesse não seriam apoiadas. Supomos ter entendido o objectivo do Instituto, mas esta definição foi discriminatória. Pensamos que todas as livrarias são instrumentos extremamente importantes.

Há de facto um conceito elitista do papel da livraria e do local onde o livro deve estar. Nós achamos que o livro deve estar em toda a parte onde possa alcançar o público. E por isso que os Verões se vendem livros em sítios incríveis, de autores de categoria, livros nacionais e livros estrangeiros, porque o público se desloca para

certas áreas onde há gente que quer comprar, que quer ler, que tem dinheiro, e os livros devem chegar a essas pessoas que estão em férias ou que se deslocam por qualquer razão. Isto é para dizer que essas casas não são centros especiais, isto é, uma livraria que tenha todas as características de uma livraria. E quero dizer que esses postos de venda estão por todo o País. Qualquer editora de certa dimensão tem 3000 a 3500 postos de venda, e desses postos há apenas 50 ou 60 que são verdadeiras livrarias.

3. Não fiz ainda uma comparação entre o ritmo de aumento do custo do livro e o ritmo de aumento dos outros produtos de consumo, maior ou menor. Se considerarmos todos os factores que intervêm na fixação do preço do livro é evidente que há o preço do papel, há o preço da cartolina, há o preço das taxas do correio. Mas, em 1979 o preço do envio de um livro pelo correio era de 17\$50, hoje é de

35\$00. Por exemplo, a cartolina custava 4600\$00, custa agora 7200\$00. Em 1980, uma resma de papel custava 460\$00, hoje custa 880\$00. Posso dizer ainda que a realização de um caderno de 16 páginas, que custava 5700\$00, vai hoje a cerca de 12 contos.

O problema em relação ao preço do livro é todo um problema de op-

Vasco Graça Moura

Mais importante que os prémios é uma política de motivação da criação literária

1. É um pouco difícil opinar sobre o Instituto Português do Livro independentemente das óptimas relações institucionais e pessoais que tenho com o António Alçada Baptista. O que me parece importante destacar, retomando a conversa um pouco mais atrás, na parte dos prémios e que deveríamos distinguir os prémios que representam uma consagração, e temos o caso presente do José Cardoso Pires, em que o escritor atingiu já uma craveira, um estatuto tal, que o prémio para ele, por muito importante que possa ser no aspecto económico, é fundamentalmente uma consagração da sua carreira de escritor; e temos os prémios para os jovens autores que representam uma oportunidade. Mas, mais importante do que os prémios, parece-me ser uma política de motivação da criação literária. E isso não tem tanto a ver com os prémios como com a possibilidade dada ao autor de se fazer publicar, de realizar em impressão a obra que criou.

E aqui não são só os jovens escritores que estão com grandes problemas. De um modo geral, há inúmeros autores com obras perfeitamente válidas, dignas de publicação, que face à crise que não é só do sector editorial, têm enormes dificuldades em se editar. Esse é que me parece ser o problema. E parece-me que uma das soluções fundamentais, e sem a qual nós não passamos (mantendo exactamente o princípio da liberdade e do estatuto editorial, que de resto o IPL consagra) é o da negociação inter-programas editoriais, a co-edição entre várias editoras e instituições e a conjugação e coordenação de esforços, nomeadamente de esforços do tipo financeiro, e é também a circulação do autor português em Portugal, para além das escolas, dos liceus, das Universidades, através dos meios de comunicação social.

2. A produção de livros está de facto cada vez mais cara levantando-se problemas na comercialização extremamente onerosos e difíceis de ultrapassar, como é o caso da promoção. Mas, também o aspecto da distribuição é extremamente impor-

çã, e aqui quereria fazer um brevíssimo comentário (a expressão não é minha mas vou utilizá-la), é um problema de política do livro. Nunca foi estabelecida por nenhum Governo, nem mesmo depois do 25 de Abril foi definida uma política do livro. É um bem de segunda ordem, e por isso mesmo é que toda a gente pede livros a todos os editores.

António Alçada Baptista

Não compete ao Instituto resolver o problema do livro

1. É evidente que se as pessoas julgam, ou pensaram, alguma vez que o Instituto Português do Livro ia resolver o problema do livro em Portugal estavam enganadas. O Instituto não pode resolver, e digo mais, não lhe compete resolver o problema do livro. O Instituto só existe porque há uma debilidade económica na parte da edição, que é normal em relação ao mercado de um país pequeno. Não esqueçamos que a maior parte do trabalho do Instituto é feito noutros países pelos sindicatos de editores. O Instituto tende a intervir na parte digamos do livro de cultura. Entende que o livro é um instrumento privilegiado de cultura. Por mais que se diga, ainda estamos no tempo da *Galáxia de Gutenberg*. Realmente, ainda não há maneira mais comum de comunicar a cultura do que o livro.

E a nossa filosofia de base é que, numa democracia, num país livre, não há liberdade de expressão sem liberdade de programação editorial. Através dos editores é que normalmente se deve processar a edição do livro. É um princípio que me parece importante. Ora bem, dada a estrutura da nossa economia, do nosso mercado, é possível que o livro fique em condições mais difíceis.

O Instituto do Livro pretende actuar nalgumas áreas dos livros de cultura, e a prioritária parece-me a mim a situação do património literário. Temos uma literatura que tem que estar editada; a responsabilidade que temos com os novos países de expressão portuguesa tem muito a ver com isso. A necessidade de termos o património de uma língua comum apto a ser fornecido, e por outro lado os livros clássicos são livros que estão quase todos esgotados.

2. O IPL actua em várias áreas, quer no apoio à edição, quer noutra muito importante (e aí funciona com uma certa vivacidade) que é parte da difusão do livro e do autor. É claro que se o IPL pudesse actuar também nas áreas do escritor contemporâneo, no apoio, podia fazê-lo; no entanto, nós estamos limitados, temos que criar prioridades. É desagradável saber que Ramalho Ortigão está esgotado em obras completas, e em edições críticas, ou que Fialho de Almeida está também esgotado.

3. Quanto ao problema do jovem escritor, ele tem cada vez mais o seu lançamento cerceado, tanto cá como lá fora. É um problema para o qual nós se arranjou ainda solução capaz e que, apesar dos prémios literários que o Instituto apoia, eles são apenas um meio, mas não considero que venham resolver o problema de forma capaz.

Continuo a pensar em dois problemas que me preocupam: o do jovem escritor e o das livrarias.

4. As livrarias estão a acabar, e eram núcleos importantíssimos de cultura, e também não temos visto solução para isso. Associando o problema das livrarias, é claro que quanto mais postos de venda houver melhor, mas aquilo a que eu me refiro é que havia instituição chamada livrarias que eram locais de encontro, sobretudo na província, e que eram focos de cultura extremamente importantes.

Uma proposta que foi rejeitada pela Associação de Editores e Livreiros era a de que pretendia que se criasse no IPL uma categoria de livrarias de interesse cultural que não seria designada pelo arbitrio do Instituto, mas sim por forças representativas locais pelo próprio exame de actividade da livraria. Se se verificasse que uma livraria tinha 90 por cento de venda de brinquedos e 10 por cento de livros, não se poderia considerar livraria de interesse cultural, mas se fosse o contrário, se realmente houvesse uma livraria que estivesse especificamente dedicada ao livro e que acessoriamente vendesse outras coisas, então poderíamos determinar esta designação, que, a meu ver, poderia ser um caminho que criasse um certo número de apoios. A APFL opôs que estaríamos a criar uma arbitrariedade, uma designação que, cedo ou tarde, poderia ser manobrada.

5. Qualquer dos problemas que aqui estamos a levantar daria uma mesa-redonda. O tal clássico que está no domínio público não tem normalmente tanta venda. Tirando o Eça no caso português, qualquer escritor contemporâneo vende, apesar de tudo, mais do que qualquer clássico. São livros de venda muito lenta.

Estou inteiramente de acordo que o interesse pela literatura viva deve começar a partir do escritor contemporâneo.

A respeito, ainda, da lei sobre o domínio público, ela encontra-se suspensa, havendo razões fortes de um lado e de outro. A Sociedade Portuguesa de Autores é quem mais documentada está sobre essa situação, assim como a Associação de Editores e Livreiros.

6. Em relação às bibliotecas e às relações com o estrangeiro, não há miagres. No caso do IPL, os chamados lusófilos (são cerca de quinhentos) recebem neste momento um jornal, vários boletins de informação e dez livros por ano (dos que mais se evidenciam).

